

# O fiscal militante

A Receita Federal colocou um auditor ligado ao PT para fiscalizar o PSDB. E dados sigilosos vazaram

LEANDRO LOYOLA

Nos últimos dois anos, a receita Federal fez uma devassa nas contas de sete dos maiores partidos políticos do país. Os auditores tiveram acesso às contas de campanhas eleitorais e a outras informações financeiras. O resultado da apuração deveria ser sigiloso – apenas a Receita e os dirigentes dos partidos poderiam ter acesso a ele. Mas o regulamento do sigilo fiscal foi quebrado no mês passado, quando o jornal *Folha de S.Paulo* publicou que o PSDB foi autuado pela Receita em R\$ 7 milhões. Segundo a investigação, o partido sonou impostos e usou notas fiscais frias na campanha presidencial de 2002, quando o candidato era o atual governador de São Paulo, José Serra. Entre todos os partidos fiscalizados, só vazaram as irregularidades do principal partido de oposição ao governo.

A divulgação dos dados sigilosos sobre o PSDB aconteceu dois meses depois da publicação de um anúncio em um site de classificados. Nele, um auditor

fiscal da Receita Federal afirma ter perdido uma mala com equipamentos eletrônicos e documentos na rodoviária de Porto Alegre. O dono da mala perdida é Julio Severino Bajerski, por coincidência o auditor que fiscalizou o PSDB. Bajerski é ligado ao PT. Ele foi candidato a vereador pelo partido em 2004 em Santo Ângelo, cidade no interior do Rio Grande do Sul. Não teve votos suficientes para ser eleito, mas tornou-se suplente de vereador pelo PT.

Outro fato intrigante: Bajerski não era o auditor originalmente designado para fiscalizar o PSDB. A dupla inicial era formada pelos fiscais Maria Aparecida Gerolamo e Charles Costa de Almeida. Mas eles foram substituídos por Bajerski e pela colega Magliane Moraes Rodrigues no início do trabalho. Bajerski e Magliane fizeram a fiscalização e assinaram o Termo de Notificação entregue ao PSDB em 24 de outubro do ano passado.



OS PAPÉIS  
José Serra e Aécio Neves (acima) na campanha de 2002 e a autuação da Receita, assinada por Bajerski (ao fim do texto). Ele teve acesso a todas as contas dos tucanos (logo abaixo, material da campanha de Bajerski)

VEREADOR  
**JULIO SEVERINO BAJERSKI**  
AUDITOR DA RECEITA FEDERAL

**PROPOSTA:**  
Programas de Habitação Popular, em convênio com a União e o Estado devem ser Implementados, por constituírem meios eficientes de Geração de Trabalho e Renda, além de atenderem ao direito à moradia da população carente.

PT  
PROFESSOR PAULO TRAPP  
13  
**13.013**

Gaúcho de Guarani das Missões, Bajerski fez uma campanha eleitoral discreta. Seus santinhos (*imagem*) diziam que ele era auditor da Receita e prometia lutar por programas de habitação popular. Teve apenas 169 dos 58.224 votos dos eleitores da cidade. Na prestação de contas entregue ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, diz ter gasto R\$ 3.800 do próprio bolso na campanha. Procurado por *ÉPOCA* na semana passada, Bajerski confirmou que foi candidato pelo PT em 2004, mas se recusou a falar das coincidências entre sua ligação com partido e o vazamento dos dados do PSDB. “Você tem de buscar informações na Secretaria da Receita Federal”, afirmou. “Esse assunto é sigiloso.” Nas duas tentativas de entrevista, ele desligou o telefone abruptamente.

Convém escalar uma pessoa com tamanha atuação política para militante para uma tarefa delicada? *ÉPOCA* consultou dois ex-secretários da Receita Federal e dois ex-presidentes da Comissão de Ética Pública do governo federal sobre o caso. Eles afirmam que a indicação de um petista para fiscalizar o caixa tucano deveria ter sido evitada. “Não é

ilegal, mas é, no mínimo, antiético”, afirma Everardo Maciel, ex-secretário da Receita. “É como a ONU indicar um russo para cuidar da Tchetchênia.” De acordo com outro ex-secretário da Receita, Osiris Lopes Filho, Bajerski teve acesso a informações delicadas. “Nada pode ser escondido do auditor. Ele tem acesso a todos os dados”, diz Osiris. Ele pôde examinar como o PSDB gasta os recursos do fundo partidário, dinheiro público repassado para os partidos se sustentarem. “Aí estão gastos que nenhum partido gostaria de abrir, com refeições, consultorias e viagens”, diz uma fonte que conhece bem as contabilidades partidárias. São informações que podem ser transformadas em dossiês no futuro ou revelar estratégias de ação.

Como qualquer cidadão brasileiro, os funcionários públicos têm direito a se filiar a partidos políticos. A Receita não pode policiar seus funcionários, mas tinha como saber da atuação de Bajerski antes de indicá-lo para fiscalizar o PSDB. Em 2004, apenas 39 entre os milhares de servidores da Receita pediram licença do trabalho para ser candidatos. Bajerski era um deles. “Tratando-se de fiscalizar partidos políticos, teria de haver mais rigor sobre o fiscal militante”, diz o advogado João Geraldo Piquet Carneiro, ex-presidente da Comissão de Ética Pública. “Deveria ser respeitado o princípio da impessoalidade”, diz outro ex-presidente da comissão, o economista Márcilio Marques Moreira. Em nota, a Receita afirma que seus “servidores e colaboradores podem exercer atividade político-partidária”. “Se ficar comprovado que determinado servidor agiu com excesso ou valeu-se do cargo para prejudicar alguém, poderá haver imputação de responsabilidade funcional, administrativa e penal”, diz a Receita.

A investigação sobre os partidos políticos começou em setembro de 2005. Na ocasião, a CPI dos Correios investigava o mensalão, um esquema de repasse de R\$ 55,8 milhões pelo PT a deputados de partidos aliados em troca de apoio no Congresso. A CPI pediu à Receita Federal que examinasse a movimentação financeira do PT. A Receita estendeu a fiscalização a outros três partidos envolvidos no escândalo: PP, PTB e o PL (hoje PR). Depois, incluiu na lista a oposição: PSDB, PMDB e PFL (hoje DEM).

**Procuvo**  
Publicado por Bajerski - Usuário desde 10/12/2007

**Informação** | Comentários sobre o Anúncio (0)

**Área:** Rio Grande do Sul > Outras cidades  
**Transporte:** Receita Federal  
**ID:**  
**Tipo de Anúncio:** Particular - Procurando

Envie um comentário ao Anunciante  
Imprimir esse anúncio  
Nos ajude a manter o site limpo  
Spam Categoria Errada Vandalismo

**Descrição** | **Classificados similares v**

Perdi na Estação Rodoviária de Porto Alegre, possivelmente tenha ficado no interior de um Taxi, uma maleta de nylon, tipo transplote de notebook, de cor preta e cinza, contendo entre outros elementos, uma identidade funcional de Auditor-Fiscal da Receita Federal, um MP3, um carregador de celular, um CD, um Cambo, vários documentos e material de uso particular. Meu nome: Julio Severino Bajerski

Esse anúncio foi publicado as: Dez 11, 2007 Modificado em: Dez 11, 2007 **006** Visitas

**Comece a Falar em 3 Passos!**  
Economicize até 95% nas ligações internacionais.

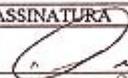
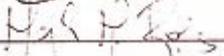
O anúncio publicado por Bajerski em um site. Ele perdeu a mala antes do vazamento dos dados do PSDB

Bajerski fez parte da Equipe Especial de Fiscalização, formada pela Receita em novembro de 2005 para trabalhar nos partidos. Foram convocados auditores de todo o país – a maioria veio do Rio Grande do Sul. Eles foram trabalhar no prédio da Receita, em Brasília, sob o comando do coordenador-geral de Fiscalização, Marcelo Fisch. Apesar dos cuidados, a Receita não conseguiu evitar o conflito de interesses.

Se a experiência eleitoral de 2004 foi ruim, a profissional tem sido boa para Bajerski. Durante o período em que fiscalizou o PSDB, ele foi promovido a chefe da Equipe de Fiscalização da delegacia da Receita em sua cidade. Na semana passada, apesar da função de chefe, ele não passou todos os dias na repartição. Segundo colegas, também estava em greve como milhares de auditores.

 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL**

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA		
1. Nome: <b>PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA</b>	2. MPF Nº: <b>01.1.01.00-2006-00303-3</b>	
4. CNPJ do Diretório Nacional <b>03.653.474/0001-20</b>	5. Registro no TSE: <b>Resolução TSE nº 15.494, publicada no DJ, de 25.10.1989.</b>	
6. Endereço: <b>SGAS – Quadra 607 – Conjunto B</b>		
7. Complemento: <b>Sala 02</b>	8. Município <b>BRASILIA</b>	9. UF: <b>DF</b>
LOCAL E DATA DA LAVRATURA		
1. Endereço: <b>Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Anexo A, sala 201</b>	2. Data: <b>24/10/2007</b>	3. Hora: <b>09:30</b>
AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL	MATRÍCULA	ASSINATURA
<b>JULIO SEVERINO BAJERSKI</b>	<b>0007560</b>	
<b>MAGLIANE MORAIS RODRIGUES</b>	<b>1131011</b>	
Declaro-me ciente deste TERMO DE NOTIFICAÇÃO FISCAL, do qual recebi cópia.		
NOME	CPF	CARGO
DATA	ASSINATURA	
/ /		

## Da investigação ao vazamento

O caso começou com um pedido da CPI dos Correios

### 2005 | Agosto

A partir de um requerimento do senador José Jorge (PFL-PE), a CPI dos Correios (imagem) pede que a Receita Federal investigue o PT pelo envolvimento no mensalão



### 2005 | Setembro

A Receita abre a investigação e inclui ainda outros partidos envolvidos no mensalão: PL (hoje PR), PP e PTB. Depois inclui também PSDB, PFL (hoje DEM) e PMDB

### 2007 | Dezembro

O auditor fiscal Julio Bajerski, responsável pela fiscalização do PSDB, anuncia em um site de classificados que perdeu uma maleta com documentos em Porto Alegre (RS)

**2007 | Outubro** Depois de dois anos, os partidos começam a ser notificados do resultado da fiscalização feita pelos auditores da Receita Federal

**2008 | Fevereiro** O resultado da investigação da Receita Federal sobre o PSDB, com uma multa que chega a R\$ 7 milhões, é publicado pelo jornal Folha de S.Paulo